



AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A

AV. GOIÁS N. 91 – CENTRO – GOIÂNIA/GO – Site: www.goiasfomento.com
CNPJ.: 03.918.382/0001-25



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2022

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIÁS FOMENTO relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

No exercício de 2022 a GoiásFomento atuou fortemente na execução de programas de transferência de renda gestado pelo Governo de Goiás, especificamente na fase de desembolsos por meio de cartão pré-pago. Além de contribuir no fomento por meio de financiamentos produtivos às empresas, focou principalmente da agência, contribuiu na gestão financeira das transferências de renda às famílias goianas. Os desembolsos nos programas sociais que tiveram a GoiásFomento como parceira, foram movimentados por meio de cartão de pagamentos e conta digital **R\$ 413,8 milhões**, com mais de 3 (três) milhões de transações. Essa injeção de recursos na economia, contribui na elevação do poder de consumo das famílias de baixa renda, com reflexos positivos para a economia, em especial aos micro e pequenos empreendedores fornecedores de bens de consumo.

Em relação aos financiamentos para microempresas e empresas de pequeno porte, a GoiásFomento vem adotando meios para elevação do volume financeiro, mitigação dos riscos das operações e recuperação de crédito inadimplente. A elevação do limite do FCO Empresarial e Rural proporcionará ampliação das operações de crédito ao pequeno produtor rural e aos empreendimentos empresariais urbanos.

1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO
O lucro líquido alcançado em 2022 foi de **R\$ 3,4 milhões**, enquanto o obtido em 2021 foi de **342 mil**, conforme demonstrações financeiras, ou seja, a variação foi próxima a dez vezes o alcançado no exercício anterior. Esse resultado se deu principalmente pelo ingresso de novas receitas advindas da prestação de serviços na gestão de desembolsos em programas sociais, operacionalizados por meio de cartão pré-pago e conta digital.

Na despesa com pessoal, (incluindo alta administração) a variação em relação ao projeto foi 4,1% maior com valor de **R\$ 1,2 milhões**.

O saldo da provisão para devedores duvidosos variou de **R\$ 12,3 milhões** em 31/12/2021 para **R\$ 15,6 milhões** em 31/12/2022 enquanto as despesas com provisão foram **R\$ 3,3 milhões** superior a obtida no ano anterior.

1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS:
INDICADORES

RESULTADOS	EXERCÍCIO 2022 (Em R\$ 1.000)	EXERCÍCIO 2021 (Em R\$ 1.000)	VARIACÃO (Em R\$ 1.000)
Receitas Operacionais	68.005	52.496	15.509
Resultados Prestação de Serviços	15.376	16.705	-1.329
Resultados Operacionais	5.627	151	5.476
Lucro Líquido Antes de Tributação	5.790	248	5.542
Lucro Líquido	3.368	342	3.026
PRINCIPAIS DESPESAS	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)
Provisão para Devedores Duvidosos	13.236	10.532	2.704
Despesas de Pessoal	31.041	26.204	4.837
BALANÇO PATRIMONIAL	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)
Ativos Totais	262.448	291.026	-28.578
Operações de Crédito	130.558	161.944	-31.386
Patrimônio Líquido	195.185	197.118	-1.933
INDICADOR FINANCEIRO	(Em %)	(Em %)	(Em %)
Índice de Lucratividade	4,94%	0,47%	4,47%

Os ativos totais tiveram redução de 9,8% quando comparado ao exercício anterior, saindo de **R\$ 291 milhões** para **R\$ 262,4 milhões**, ficando **R\$ 28,6 milhões** menor, principalmente, pelas amortizações das captações de recursos junto ao FUNGETUR (R\$ 20,6), Caixa Econômica Federal no âmbito do PNPMO (R\$ 5,70) e do FCO (5,71). Quanto ao patrimônio líquido a redução foi de apenas 0,3%, passando de **R\$ 197,7 para R\$ 195,2**. Os desembolsos da GOIÁS FOMENTO somaram **R\$ 39,3 milhões** com 1.666 operações de crédito às microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microempresendores individuais e autônomos. Não houve desembolsos em operações de repasses do BNDES e enquanto com recursos da CAIXA no âmbito do PNPMO foram somente **R\$ 77,4 mil**. Em relação ao ano anterior o volume de desembolsos foi 39% menor.

O saldo da carteira com risco próprio (Recursos Próprios/CAIXA/FCO/BNDES /FUNGETUR), ao final do exercício de 2022 ficou em **R\$ 130,6 milhões**, sendo **R\$ 31,4 milhões** menor em relação a 31/12/2021 enquanto o número de contratos ativos reduziu de **6.659 contratos** para **6.463** em 2022, com variação de 2,9%.

O saldo de recursos em tesouraria passou de **R\$ 94,0 milhões** no final de 2021 para **R\$ 96,3 milhões**.

2. ATUAÇÃO DA GOIÁS FOMENTO
Em 2022, num período pós pandemia, a escalada inflacionária e as sucessivas altas nas taxas de juros usaram as expectativas de crescimento mais acelerado na oferta do crédito exigindo ainda mais subsídios para viabilizar os investimentos produtivos.

A intervenção estatal em Goiás veio através da criação de diversos programas de apoio por meio de programas de transferência de recursos sob a forma de auxílio financeiro, como também, subsídios de juros em operações de crédito ao micro e pequeno empreendedor.

Nesse cenário, a GoiásFomento desembolsou **R\$ 39,3 milhões** em 1.666 operações de crédito, gerando/mantendo 2.762 empregos.

Atuando na operacionalização de programas de transferência de rendas na fase de desembolsos de recursos aos beneficiários, como no Mães de Goiás, Aprender do Futuro, Bolsa Alfabetizadora, Bolsa Qualificação e Crédito Social, a GoiásFomento promoveu desembolsos no valor de **R\$ 413,8 milhões**.

3. PERSPECTIVAS
A GOIÁS FOMENTO continuará buscando atuação em conjunto com demais órgãos e instituições governamentais, em especial a Secretaria da Retomada, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços na implementação de diversas ações de impacto econômico e social no Estado de Goiás.

Para 2023, essa agência buscará ampliar créditos para o agronegócio com recursos do FCO e da GoiásFomento, na linha Produtor Empreendedor, da concessão de financiamentos para o microcrédito por meio do FUNDEQ na linha de crédito **Mais Crédito**.

A contratação de empresa para prestação de serviços de meios de pagamentos permitirá ampliação dos convênios para repasses de recursos alcançando novas receitas.

Agradecimentos
A Diretoria Executiva apresenta os resultados obtidos no exercício de 2022, destaca a administração profissional esperada dessa sociedade de economia mista, focada na ampliação em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores. Agradece aos acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e todos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos pelo trabalho realizado nesse período.

Goiania (GO), 07 de março de 2023.

NATALIA CALAMIAN VIEIRA - Presidente do Conselho de Administração; EURÍPEDES JOSÉ DO CARMO - Diretor-Presidente; FERNANDO FREITAS SILVA - Diretor de Operações; LUCAS FERNANDES DE ANDRADE - Diretor Administrativo e Financeiro

BALANÇETES PATRIMONIAIS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em R\$ mil)

ATIVO	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTE	200.397	204.353
DISPONIBILIDADES	12	7
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	96.318	93.947
Carteira Própria (NOTA 4)	96.318	93.947
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	67.180	74.754
Empréstimos Setor Privado	43.760	41.997
Financiamentos Setor Privado	34.015	37.570
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.179	1.707
Provisão p/ Operac. Créd. Liq. Duvidosa	(11.774)	(6.520)
OUTROS CRÉDITOS	30.149	28.554
Diversos (NOTA 6)	30.150	28.554
Provisão p/ Outros Créditos	(1)	-
OUTROS VALORES E BENS	6.738	7.091
Outros Valores e Bens (NOTA 7)	7.050	7.469
Provisão p/Desv. De Outros Val. e Bens	(312)	(378)
NÃO CIRCULANTE	62.051	86.673
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	58.076	62.448
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	47.316	74.879
Empréstimos Setor Privado	22.208	43.182
Financiamentos Setor Privado	26.360	35.692
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.553	1.795
Provisão p/ Operac. Créd. Liq. Duvidosa	(3.805)	(5.790)
OUTROS CRÉDITOS	10.760	7.569
Diversos (NOTA 6)	10.764	7.569
Provisão p/ Outros Créditos	(4)	-
PERMANENTE (NOTA 8)	3.975	4.225
INVESTIMENTOS	10	10
Ações	10	10
IMÓVEIS DE USO	3.390	3.465
Terrenos	2.422	2.422
Edificações	1.867	1.867
Depreciações Acumuladas	(899)	(824)
IMOBILIZADO DE USO	538	634
Imobilizado de Uso	2.008	1.948
Depreciações Acumuladas	(1.470)	(1.314)
IMOBILIZADO EM CURSO	34	34
Outros	34	34
INTANGÍVEL	3	82
Ativos Intangíveis	394	394
Amortizações Intangíveis	(391)	(312)
TOTAL DO ATIVO	262.448	291.026

PASSIVO	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTE	41.697	59.044
OBRIg. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)	29.136	50.685
Repasses do País - BNDES	710	1.394
Repasses do País - FCO	4.015	4.623
Repasses do País - FINEP	291	309
CEF - PNPMO	6.154	6.154
Repasses do País - FUNGETUR	17.948	38.222
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 10)	12.561	8.359
Sociais Estatutárias	2.686	60
Fiscais e Previdenciárias	2.498	1.647
Diversas	7.377	6.652
NÃO CIRCULANTE	220.751	231.982
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	25.566	34.864
OBRIg. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)	25.566	34.864
Repasses do País - BNDES	457	709
Repasses do País - FCO	6.288	11.387
Repasses do País - FINEP	2.236	167
CEF - PNPMO	1.827	1.525
Repasses do País - FUNGETUR	14.758	15.076
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	195.185	197.118
Capital Social (NOTA 11)	186.394	186.089
Reserva de Lucros	7.791	11.049
TOTAL DO PASSIVO	262.448	291.026

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31/12/2022 E 31/12/2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022 (Em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	NOTAS EXPLICATIVAS	EXERCÍCIOS		Reclassificação
		2º SEMESTRE DE 2022	31/12/2022	
RECEITAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		21.062	39.717	27.125
Operações de Crédito	Nota 5 e) e 14	14.980	28.499	21.384
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	Nota 4 b)	6.082	11.218	5.761
DESPESAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		(10.722)	(19.705)	(14.808)
Provisão p/ Desvalorização de Liquidação Duvidosa	Nota 12	(7.650)	(13.236)	(10.532)
Provisão p/ Desvalorização e de Contingências	Nota 12	(5)	(55)	(118)
Empréstimos e Repasses	Nota 14	(3.067)	(6.414)	(4.158)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		10.340	20.012	12.317
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(8.097)	(14.385)	(12.166)
Receitas de Prestação de Serviços	Nota 14	7.105	15.376	16.705
Despesas de Pessoal	Nota 13	(16.334)	(31.041)	(26.204)
Outras Despesas Administrativas	Nota 13	(3.949)	(7.814)	(7.945)
Despesas Tributárias	Nota 13	(1.684)	(3.249)	(2.813)
Outras Recelitas Operacionais	Nota 14	1.713	12.912	8.667
Outras Despesas Operacionais	Nota 14	(408)	(569)	(576)
RESULTADO OPERACIONAL		2.243	5.627	151
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		73	163	97
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		(415)	(2.422)	94
Imposto de Renda	Nota 15.1 a)	(1.546)	(2.486)	(843)
Contribuição Social	Nota 15.1 a)	(347)	(210)	(847)
Diferenças Temporárias - Imposto de Renda	Nota 15.2	1.438	1.833	605
Diferenças Temporárias - Contribuição Social	Nota 15.2	1.376	934	1.240
Participação dos Empregados	(336)	(594)	(641)	
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE / EXERCÍCIO		1.901	3.368	342
LUCRO POR AÇÃO - R\$ 1,00		0,0102	0,0181	0,0018

DRA - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS ABRANGENTES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS	
	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	3.368	342
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADOS ABRANGENTES NO EXERCÍCIOS	3.368	342

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em R\$ mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	EXPAN-SÃO		
SALDO EM 30/06/2022	186.069	-	4.212	1.278	3.575	- 195.134
Aumento de Capital	325	-	-	(325)	-	-
Transferência p/ Aum. de Capital	-	-	-	-	-	-
Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	1.901
Reserva Legal	-	-	95	-	(95)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	(44)	44	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(1.850)	(1.850)
SALDO EM 31/12/2022	186.394	-	4.307	909	3.575	- 195.185
MUTAÇÕES DO PERÍODO	325	-	95	(369)	-	51
SALDO EM 31/12/2020	179.777	5.699	4.122	4.552	3.575	- 197.725
Capital a Realizar	4.000	-	-	-	-	4.000
Aumento de Capital	300	-	-	-	-	300
Transferência p/ Aum. de Capital	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	342
Reserva Legal	-	-	17	-	(17)	-
Reserva para Expansão	6.292	(6.292)	-	-	-	(325)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(325)	-
Pagamento ao Acionista	(3.707)	-	(1.542)	-	-	(5.249)
SALDO EM 31/12/2021	186.069	-	4.139	3.335	3.575	- 197.118
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	6.292	(5.699)	17	(1.217)	-	(607)
SALDO EM 31/12/2020	186.069	-	4.139	3.335	3.575	- 197.118
Aumento de Capital	325	-	-	-	-	325
Transferência p/ Aum. de Capital	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	3.368	3.368
Reserva Legal	-	-	168	-	(168)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	525	(850)	(325)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(2.350)	(2.350)
Pagamento ao acionista Maioritário	-	-	(2.951)	-	-	(2.951)
SALDO EM 31/12/2021	186.394	-	4.307	909	3.575	- 195.185
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	325	-	168	(2.426)	-	(1.933)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022 (Em R\$ mil)

DESCRICÃO	2º Semestre 2022		Exercícios 31/12/2022	
	2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido	1.901	3.368	342	342
Despesas de Depreciação e Amortização	155	310	273	-
Perdas por Desvalorização de Ativos	-	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	(8.047)	(2.371)	23.431	-
Derivativos	26.533	35.137	(10.104)	-
Outros Créditos	(1.734)	(4.786)	2.858	-
Outros Valores e Bens	412	353	671	-
Outras Obrigações	3.548	4.202	(1.928)	-
CAIXA GERADO/AUTILIZADO PELAS OPERAÇÕES	22.768	36.213	15.543	-
FL				

continuação

Nota 11 – Capital social
Capital social autorizado para a GoiásFomento é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e está subdividido e integralizado o valor de R\$ 186.394.379,58 (cento e oitenta e seis milhões, trezentos e noventa e quatro mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), representado por 186.394.379 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. No exercício foi procedido aumento de Capital Social no valor de R\$325.170,10 (trezentos e vinte e cinco mil, cento e setenta reais e dez centavos), pelo Acionista Majoritário – Governo do Estado de Goiás.

Nota 12 – Despesas da intermediação financeira

Descrições	2º Sem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Provisão p/devedores duvidosos*	7.650	13.236	10.532
Provisão p/desvalorização de títulos	5	55	118
Totais	7.655	13.291	10.650

*A despesa com provisão para devedores duvidosos para a carteira de operações de crédito, está nas conformidades da Resolução 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional.

Nota 13 – Despesas de pessoal, administrativas e tributárias, inclusive, PIS/PASEP/COFIS e ISSQN

Descrições	2º Semestre/2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de pessoal (*)	15.203	28.718	24.310
Honorários (Nota 19)	2.131	2.323	1.894
Subtotal	16.334	31.041	26.204
Água, energia, gás, alugueis	123	256	362
Comunicação	61	144	173
Manutenção/conservação	83	208	198
Serviços de terceiros	338	876	547
Operações cadastrais	79	249	485
Correspondente de crédito	22	133	328
Propaganda/pub. publicação	34	73	100
Técnicos especializados	1.680	2.977	2.259
Vigilância e segurança	282	564	539
Transportes	84	181	218
Empolunento jud/cartório	624	1.262	714
Tarifas bancárias	148	340	304
Outros	390	551	1.728
Subtotal	3.949	7.814	7.945
Tributárias (**)	1.684	3.249	2.813
Subtotal	1.684	3.249	2.813
Totais	21.967	42.104	36.962

(*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores.
(**) Despesas Tributárias, incluem ISSQN, PASEP e COFINS.

Nota 14 – Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrições	2º semestre/2022	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas			
Prestação de serviço (*)	7.105	15.376	16.705
Recuperação de créditos(**)	7.354	13.022	6.275
Recuperação enc. despesas	1.033	1.657	902
Repasse interfinanceiro(***)	616	867	740
Reversão/rev. operacionais	2	222	3.052
Equalizações de taxas	3.267	5.765	2.849
Outras	2.871	5.268	1.864
Total de outras receitas	22.248	42.177	32.387
Outras despesas			
Amortização do intangível	39	79	79
Despesas	116	231	195
Repasses interfinanceiros	3.067	6.414	4.158
Provisão para contingência	-	10	302
Outras	259	259	-
Totais de outras despesas	3.481	6.993	4.734

(*) As receitas de prestação de serviços referem-se, substancialmente, às taxas de serviços prestados aos fundos públicos estaduais, tarifas por concessão de créditos e por outros serviços específicos relacionados ao crédito.
(**) Referem-se à recuperação de operações de crédito que haviam sido compensados em prejuízo.
(***) Referente às receitas com repasses interfinanceiros, não constam nessa Nota, os valores referentes às correções dos valores disponíveis do FUNGETUR a serem repassados aos possíveis mutuários da GoiásFomento, esses valores estão aplicados no mercado financeiro, classificados em títulos e valores mobiliários conforme Nota 4 b) e as receitas com correção das operações de crédito referente aos repasses, estão classificadas na rubrica rendas de operações de crédito, constantes da Nota 5 e).

Nota 15 – Impostos, contribuições e ativo fiscal diferido
15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social
a) Base de tributação

Descrições	31/12/2022	
	IRPJ	CSLL
Resultado do período	5.790	5.790
Juros sobre capital próprio	(2.350)	(2.350)
Resultado do período	3.440	3.440
+ ADICÕES		
Provisão para devedores duvidosos/2022	15.584	15.584
Operações de crédito compensadas em prejuízo	7.266	7.266
Despesas não dedutíveis	1.140	1.140
Totais das adições	23.990	23.990
(-) EXCLUSÕES		
Provisão/devedores duvidosos períodos anteriores	(11.733)	(11.733)
Operações de crédito compensadas em prejuízo	(3.183)	(3.183)
Outras exclusões	(2.462)	(2.462)
Totais das exclusões	(17.388)	(17.388)
= Lucro Real	10.042	10.042
Imposto de renda e contribuição social	(4.595)	(4.595)
Realização líquida de créditos tributários	2.767	2.767

15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos
A Instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro.
Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Resolução do CMN de nº 4.842/20, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a atualização do lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores avaliados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da Instituição, para a data de 31/12/2022, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis. Assim, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:
a) Movimentação da conta do ativo no período:

Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
Saldo em 31/12/2021	3.784	3.785	7.569
Constituição no exercício	2.575	2.063	4.638
Realização no exercício	(741)	(1.129)	(1.870)
Saldo 31/12/2022 – Nota 6	5.618	4.719	10.337
Totais a Curto Prazo	-	-	-
Totais a Longo Prazo	5.618	4.719	10.337

b) Estimativa de realização dos créditos tributários
A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

Descrições	2023		2024	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	A partir do 2º Semestre
Imposto de Renda	1.602	683	2.277	1.182
Contribuição Social	1.281	546	1.821	945
Totais	2.883	1.229	4.098	2.127

c) Natureza dos créditos
A base de cálculo para os ativos fiscais diferidos são: Provisão de créditos de liquidação duvidosa**, créditos compensados em prejuízo e provisões não dedutíveis. Até 31/12/2022, foram constituídos e realizados partes desses créditos. Sendo o saldo a realizar no valor de: R\$5.618 de Imposto de Renda e R\$4.719 de CSLL, totalizando em R\$10.337.
d) Classificação em relação aos créditos tributários
Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.
e) Valor presente dos créditos ativos
O valor presente dos créditos ativos, considerando a taxa Selic para fins de cálculo, é de R\$ 10.548 (2021 - R\$ 6.982). Os créditos tributários são demonstrados por seu valor bruto em observância às disposições contábeis no item 10 do CPC 12.

Nota 16 – Destinação do resultado
A distribuição é constituída a razão de 5% do resultado do exercício. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Descrições	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do Exercício	3.368	342

Nota 17 – Partes relacionadas
As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar, conforme demonstrados:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
FUNPRODUIZ	3.381	3.725	-	-	8.804	9.348
FOMENTAR	13.985	14.042	-	-	5.416	5.027
FUNBAM	-	-	-	-	365	365
FUNDEQ – Equalização (*)	-	3	-	-	1.611	2.448
FUNPRODUIZ – Equalização (*)	-	3	-	-	2.725	-
Crédito produtivo	21	14	-	-	52	-
JCP Juros Sobre o Capital Próprio – Estado de Goiás	-	-	-	-	2.350	-
Convênios (**)	1.236	-	-	-	1.428	-

(*) As taxas de equalizações referem-se ao subsídio do FUNPRODUIZ e do FUNDEQ às empresas de pequeno porte sob a forma de equalização de juros em operações de crédito.
(**) Convênios com diversos, tais como: Secretaria de Desenvolvimento Social – Aprendiz do Futuro; Secretaria da Educação – Bolsa Alfabetizador; Secretaria da Retomada – Bolsa Qualificação; Prefeitura de Itapuaranga – Cartão Xixá Itapuaranga; Secretaria do Desenvolvimento Social – Crédito Social e Mães de Goiás; Fundação de Amparo a Pesquisa – Empoderar; Agência Goiânia de Habitação – Pra Ter Onde Morar; Prefeitura de Ilumbiera – Renda Mais Ilumbiera.

Nota 18 – Exigibilidades de capital principal e limites de imobilização
O Demonstrativo de limites operacionais tem por objetivo apresentar, de forma sintética, as informações referentes aos detalhamentos do cálculo dos limites monitorados pelo Banco Central do Brasil. Para cada limite o documento conterá dois conjuntos de informações: a) Atuação da Situação da Instituição; b) Atuação da Exigência do Banco Central e da Margem (ou Insuficiência) da Instituição em relação ao limite considerado e enviado mensalmente ao Banco Central, o documento 2061.
Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de módulos proprietários.
Índice da Basileia e de Imobilização (DLO)
Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 31/12/2022, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Descrições	31/12/2022	31/12/2021
Índice de Basileia	195,182	197,037
Nível	53,63%	50,82%
Índice de imobilização basileia	2,04%	2,10%
Limite	97,591	98,518
Situação	3,975	4,144
Folga de imobilização	93,616	94,375

O Banco Central publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional, em março de 2013.
Resolução nº 4.955/2021 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência (PR).
Resolução nº 4.958/2021 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR) de nível I e de Capital Principal e sobre a Adicional de Capital Mínimo.
E demais normas do Banco Central, tais como: Circulares, Cartas-Circulares e Comunicado, que complementam as regras estabelecidas nas resoluções supracitadas, a determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês para Risk-Weighted Assets).
O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.192/13 do CMN, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nível I e Nível II), cada um composto por itens integrantes do patrimônio líquido.
A Resolução 4.958/21 do CMN, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e Instituí o Adicional de Capital Principal. Para o cálculo das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas, tais como: Resolução 4.557/17 do CMN e as Circulares 3.644/13 e 3.634/13 do Banco Central.

a) Risco operacional
Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 4.557/17 e 4.958/21 do CMN e Circular 3.640/13 do Banco Central.
b) Risco de liquidez
A GoiásFomento possui política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, e plano de Contingência de Liquidez, com as devidas ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.
c) Gerenciamento de capital
A GoiásFomento possui plano de capital que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos em que a Instituição está sujeita, abrangendo um período de três anos, em consonância com o planejamento estratégico.
d) Risco de crédito
As diretrizes e atribuições para o gerenciamento de riscos de crédito estão contempladas na Política de Gestão de Riscos em conjunto com a Política de Crédito de Desenvolvido – PCD.
O cálculo da parcela do RWA/ACD, valor da adição de capital para o risco de mercado, é efetuado conforme a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.644/13.
e) Julgamento da administração sobre o índice de basileia
A administração julga adequado o atual nível do Índice de Basileia levando-se em consideração que o mínimo exigido pelas autoridades é de 8%.

f) Cálculo do patrimônio de referência
O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices e a composição das exposições de risco em 31/12/2022, são demonstrados abaixo:

Descrições	31/12/2022	31/12/2021
Capital Principal	195,182	197,037
Nível I	195,182	197,037
Patrimônio de referência	195,182	197,037

Compatibilização do patrimônio de referência

Descrições	31/12/2022	31/12/2021
PR- Patrimônio de referência	195,182	197,037
RWA - Risk - Weighted Assets	364,137	387,678
Margem PR nível I requerido	173,334	173,776
PR Nível I mínimo requerido para o RWA	21,848	23,261
Margem s/ capital requerido	172,796	179,591
Capital principal mínimo requerido para o RWA	16,386	17,446
Índice basileia capital	49,10%	46,32%
Índice basileia amplo	53,60%	50,81%

g) Risco socioambiental
A GoiásFomento possui Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional.

Nota 19 – Remuneração do pessoal-chave da administração

Remuneração fixada em assembleia geral de acionistas:

Descrições	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	954	739
Gratificações	23	18
Outros	613	532
Outros	733	605
Totais	2.323	1.894

A Agência de Fomento não possui beneficiários de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.
Nota 20 – Seguros
A Instituição mantém seguro predial (não audited).
Nota 21 – Avals e fianças
A Agência de Fomento não possui operações de concessão de avals ou fianças em 31/12/2022 e 31/12/2021.

Nota 22 – Ativos e passivos contingentes
A Agência de Fomento de Goiás é parte em diversas ações judiciais, sendo elas: Ações Trabalhistas, Cíveis e Fiscais, os critérios para o valor das provisões para as referidas contingências são adequados às características específicas das ações, bem como outros riscos, levando em consideração a opinião dos advogados, a natureza das ações, a semelhança com ações anteriores e com a jurisprudência. A provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável. A administração julga necessário, para aquelas ações classificadas como de perda possível, mas que houve histórico de perda, provisionar os referidos casos recorrentes.

1. Ativos contingentes – Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
2. Passivos contingentes – Decorrem basicamente de processos cíveis e trabalhistas. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis perda, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Desta forma, o valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita pela Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos dos assessores legais.

a) Provisão para passivos contingentes e riscos fiscais
A Agência é parte em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Referidas ações estão em poder da Procuradoria Geral do Estado de Goiás, Escritórios Terceirizados e Advogados da Agência, que considera a perda e o risco envolvidos. Fundamentos nesta avaliação, constitui-se provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas com as referidas ações, cujo risco já foi considerado como provável ou recorrente.

Avulsos trabalhistas:
São dez processos, visando direitos adquiridos, por ex-servidores da Agência. Não há ações classificadas como de perda provável, a maioria delas estão classificadas como perda possível, porém, mesmo classificadas como de perda possível mas que já houve perda por fato semelhante, a Administração decidiu provisionar essas. Essas provisões totalizam em 31/12/2022 no montante de R\$217.608,88 (duzentos e dezesseite mil, seiscentos e oito reais e oitenta e oito centavos).
Ações civis em sendo:
São diversos processos, visando a reparação de supostos danos morais e o materiais, por alegarem registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito, por alegação de descumprimento contratual e outros. Nove desses processos há ações classificadas como de perda provável e as mesmas estão devidamente provisionadas. Essas provisões totalizam em 31/12/2022 no montante de R\$586.346,16 (quinhentos e oitenta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e dezesseite centavos).
Outros processos, demandadas conta a Agência por um ex-advogado do FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás, à época contratado pelo extinto BEG – Banco do Estado de Goiás S/A. O referido FUNDO é sem risco para esta Agência. Sobre essas ações, a PGE – Procuradoria Geral do Estado de Goiás, que defende a Agência de Fomento nessas causas, manifestou-se, em princípio, ser remota a probabilidade de perda das referidas ações.

Ação Fiscal:
Fisco Federal – Auto de Infração PIS/PASEP e COFINS.
A GoiásFomento adota o regime Cumulativo do PIS/PASEP e COFINS (aliquota de 0,65% e 4%, respectivamente), nos termos da Instrução Normativa 247/2002 e alterações posteriores. No entanto, a Receita Federal lavrou autuação em algumas Agências de Fomento no País em razão da adoção do Regime Cumulativo, gerando a possibilidade do enquadramento das Agências no Regime de Adução Não-Cumulativa, destas contingências, nos termos das Leis 10.637/02 e 10.833/03, em que contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas referidas instituições descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se às alíquotas de 1,65% do (PIS/PASEP) e 7,6% do (COFINS).
Em 07 de julho de 2014 a GoiásFomento recebeu termo de início de ação fiscal, autuada sob o nº MPF 0120100.2014.00323, solicitando esclarecimento sobre a aplicação do regime Cumulativo para apuração e cálculo das contribuições sociais para PIS/PASEP e COFINS, utilizado por esta instituição, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011. No entendimento da SRF o REGIME utilizado deveria ser o Não-Cumulativo, tendo em vista que as Agências de Fomento não se enquadram no rol de instituições financeiras do Artigo 3º, Parágrafo 6º e 7º da Lei nº 9.718/98. Foram apresentados esclarecimentos quanto a forma de recolhimento utilizada pela GoiásFomento e pelas demais Agências de Fomento nacionais, não tendo a Superintendência da Receita Federal da Região 1º Região Fiscal acatado os esclarecimentos apresentados, lavrando Auto de Infração nº 10120-728.196/2014-00, em 09/10/11. Multo embora, a diferença entre a utilização do Regime Cumulativo e Não Cumulativo aplicado sobre o montante das receitas financeiras é garantida a alíquota zero (0) previsto no Decreto nº 5.442/05, o referido Auto acabou sendo lavado no valor de R\$ 3.554 (três mil, quinhentos e cinquenta e quatro mil reais), contrariando o direito previsto pelo Artigo 1º do referido Decreto e que a Instituição faz jus.

Até o início de 2021, a Procuradoria do Estado de Goiás – PGE, patrocinava a defesa junto a Recita Federal. Em junho de 2021 a GoiásFomento contratou escritório de advocacia especializado para continuar com o processo, que apresentou recurso voluntário interposto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, no processo administrativo protocolado em 28/06/2021. O recurso teve como última movimentação a remessa ao referido CARF, na data 22/07/2021, e está aguardando julgamento. A classificação quanto a probabilidade de perda é possível. Posição em 31/12/2022, continua a mesma.
Nota 23 – Agente financeiro dos fundos públicos
A Agência de Fomento é o agente financeiro dos seguintes fundos públicos do Estado de Goiás, relacionados abaixo, e as principais informações sobre esses fundos são:

Fundos Públicos	PL em 31/12/22	Recelta/22	PL em 31/12/21	Recelta/21
FUNPRODUIZ	2.009.807	8.856	2.229.190	9.348
FUNMINERAL	18.627	-	15.839	-
FOMENTAR	398.147	5.416	355.502	5.027
FUNBAN	31.727	365	29.284	365
FUNDEQ	32.323	1.611	28.311	2.448
TOTAL	2.490.631	17.188	2.656.106	17.189

Nota 24 – Instrumentos financeiros
As demonstrações financeiras são elaboradas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações da Agência. O valor contábil relativo a cada instrumento financeiro aproxima-se do seu correspondente valor de mercado.

Nota 25 – Gerenciamento de riscos e de capital
A Gestão de Riscos na GoiásFomento atende às exigências normativas e aos níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos inerentes às atividades da instituição e aos quais está exposta.
A política de gerenciamentos de riscos e a política de gerenciamento de capital a Declaração de Apetite por Riscos – RA\$ e demais documentos relacionados à Gestão de Riscos são submetidos e aprovados pelo Conselho de Administração da GoiásFomento.
A Gestão de riscos e de capital no âmbito da GoiásFomento é realizada de forma centralizada, por meio de uma estrutura compatível com a natureza das operações, e com a complexidade dos produtos e serviços.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, e aprovados pelo comitê de alocação de capital. A GoiásFomento procura alinhar as suas atividades de gestão de capital com as práticas recomendadas pelo fiscalizador, que adota os padrões do Comitê de Basileia para estar adequada às melhores práticas de mercado.
Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio da GoiásFomento (www.goiasfomento.com) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, bem como o relatório de Pilar 3, aprovados periodicamente pelo Conselho de Administração da GoiásFomento.
A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela GoiásFomento.
A Gestão de